

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada: 304250

Classificação

01 03 02

Data: 09 03 25



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por determinação de S.E.U.P.A.R., à  
Sra. Secretária da Mesa

09.03.25

*[Handwritten signature]*

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 1745 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
26 103 /200 6
O Secretário da Mesa <i>[Handwritten signature]</i>

Assunto: O futuro do Museu e do Parque Arqueológico do Vale do Côa

Destinatário: Ministério da Cultura

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, na sequência da decisão de parar a barragem para ali prevista e preservar as gravuras encontradas, permitiu que esta descoberta de importância científica e cultural mundial ficasse acessível à visita do público e permitiu igualmente a continuação das investigações, que aliás se traduziram na descoberta de muitos outros exemplares de gravuras ao longo do vale do rio Côa.

Apesar das promessas de sucessivos governos, os meios disponibilizados e o investimento no Parque Arqueológico do Vale do Côa foram sempre insuficientes, o que está patente no facto de só agora estar em fase conclusão o Museu há muitos anos prometido, bem como na escassez e continuada precariedade dos recursos humanos ali existentes. Este desinvestimento tem evidentes reflexos quer na afluência às visitas, quer no adiamento do prometido impacto no desenvolvimento regional.

A abertura do Museu do Côa pode por isso ser o ponto de viragem nesta situação, permitindo, para além das enormes potencialidades de divulgação científica e cultural das importantes descobertas do Côa, o arranque em definitivo deste projecto na sua plena dimensão regional, nacional e internacional.

Mas para que a abertura do Museu do Côa produza os efeitos que esperados, é necessário que sejam garantidas as condições de financiamento e de investimento suficientes e que o Parque e o próprio Museu se insiram num enquadramento institucional adequado ao seu pleno desenvolvimento.

Na realidade, a poucos meses da previsível abertura do Museu, desconhece-se por completo



qual o modelo institucional com que vai ser gerido, de que recursos vai dispor e como se vai integrar na acção já desenvolvida pelo Parque Arqueológico. Apesar de tanto o Parque como o futuro Museu serem realidades de dimensão nacional (e de relevância internacional), o seu impacto regional é significativo, sendo que não se conhecem até agora quaisquer decisões sobre o envolvimento ou não dos representantes locais.

Esta situação é ainda mais insólita se considerarmos que a equipa do Parque Arqueológico, com um papel fundamental no desenvolvimento dos trabalhos de investigação e consolidação do património do Côa e que terá incontornavelmente responsabilidades significativas na concepção e organização do Museu, não tem sido chamada a participar em quaisquer trabalhos de preparação da realidade que constituirá o conjunto Parque/Museu.

De facto parece evidente que a máxima rendibilização do ponto de vista cultural, científico, de divulgação, mas também económico e social, se obterá com uma acção coordenada e numa estrutura que integre as duas unidades, cujo trabalho é indissociável.

Por outro lado, não se conhecem as intenções do Governo no que diz respeito a importantes infraestruturas para o Parque, para o Museu e para a região, cuja necessidade a criação da unidade museológica vem acentuar. É o caso da reabertura da linha do Douro entre o Pocinho e Barca D'Alva (que passa a centenas de metros do Museu), da criação de condições para o acesso por barco ao Museu e ao Parque (tendo em conta designadamente os circuitos turísticos já existentes no Douro), ou da necessidade de uma forte promoção turística, mas também nos meios científicos, culturais e académicos, da arte do Côa.

Importa ainda salientar a escassez de recursos financeiros e humanos que continua a caracterizar o funcionamento do Parque e que, a manter-se a actual política, será também uma realidade no Museu, agravada ainda pelo facto de muitos dos mais qualificados técnicos continuarem em situação de extrema precariedade.

*Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., ao Ministro da Cultura, resposta às seguintes perguntas:*

- Que modelo organizacional está previsto para o conjunto Museu e Parque Arqueológico do Côa?
- Qual o quadro de recursos humanos e financeiros que vai ser disponibilizado para este conjunto?
- Que entidades vão participar na sua gestão?
- Está previsto o investimento na reabertura da Linha do Douro até Barca D'Alva e na criação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

de condições para o acesso fluvial ao Museu e ao Parque?

- Que plano de promoção está a ser preparado para potenciar o conjunto Museu/Parque Arqueológico?
- Quando será resolvida a questão da insuficiência e da contínua precariedade dos recursos humanos do Parque Arqueológico?

Palácio de S. Bento, 25 de Março de 2008

Bernardino Soares

Deputado